



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CEILÂNDIA - FCE
CURSO DE GRADUAÇÃO DE TERAPIA OCUPACIONAL

STEPHANY TEODORO CORREA DA SILVA

**COTIDIANO DE MULHERES ATIVISTAS FEMINISTAS:
DIFICULDADES, FRAGILIDADES E DESAFIOS**

BRASÍLIA- DF
2020

STEPHANY TEODORO CORREA DA SILVA

**COTIDIANO DE MULHERES ATIVISTAS FEMINISTAS:
DIFICULDADES, FRAGILIDADES E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade de Brasília – Faculdade de
Ceilândia como requisito para obtenção do
título de Bacharel em Terapia Ocupacional

Professora Orientadora: Dr. Flavia Mazitelli de Oliveira

BRASÍLIA- DF
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, S. T. C.

Cotidiano de mulheres ativistas: Dificuldades, Fragilidades e Desafios. / Stephany Teodoro Correa da Silva. – Brasília, 2020.

f.: 58

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília – UNB como parte dos requisitos exigidos para a formação do curso de Terapia Ocupacional.

Orientadora: Profa. Dr. Flávia Mazitelli de Oliveira, Faculdade de Ceilândia

1. Ativismo 2. Feminismo 3. Mulheres 4. Saúde Mental 5. Cotidiano

STEPHANY TEODORO CORREA DA SILVA

**COTIDIANO DE MULHERES ATIVISTAS FEMINISTAS:
DIFICULDADES, FRAGILIDADES E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade de Brasília - Faculdade de
Ceilândia como requisito para obtenção do
título de Bacharel em Terapia Ocupacional.

Flávia Mazitelli de Oliveira – Orientadora
Professora Doutora da Faculdade de Ceilândia (FCE/UnB)

Josenaide Engrácia dos Santos – Banca Examinadora
Professora Doutora da Faculdade de Ceilândia (FCE/UnB)

Brasília,de.....de 2020

Dedico este trabalho a todas as mulheres,
para que suas vozes ecoem e sejam escutadas.

AGRADECIMENTOS

Palavras não são o suficiente para o tanto que tenho a agradecer.

Primeiramente a Deus pela vida e pelas intercessões de Nossa Senhora, por sempre terem me iluminado nas minhas jornadas desde o início da minha vida. Por me abençoarem grandemente, ensinando-me que cada escolha feita, cada semente plantada é colhida no futuro. Me mostrando a cada oração que os Seus planos sempre serão maiores e melhores.

Aos meus pais, por terem me ensinado a importância dos estudos, por buscarem o melhor da educação desde sempre, e principalmente por ter insistido que eu estudasse no CSCM que foi a minha maior base de ensino e autonomia nos estudos. Por sempre estarem ao meu lado nas minhas dificuldades e vitórias. À minha mãe Andréa, por ser a minha melhor amiga, pelo companheirismo e compreensão de todos os momentos, pelos conselhos dados, pela força e apoio em cada etapa vivida e pela escolha do curso, já que foi por ela que conheci o curso de Terapia Ocupacional. Ao meu pai Nilton por ser presente e essencial nessa construção. Que acreditou, insistiu e pagou para que eu fizesse o vestibular, por ser a base da nossa família. À minha irmã Nicole, pela complacência dos momentos mais decisivos e difíceis. À minha família como um todo, por serem minha inspiração para ser uma pessoa e uma profissional melhor todos os dias.

A todas as minhas amigas, que fizeram parte desse processo, que me apoiaram e acreditaram em mim. Em especial, à minha melhor amiga Mabi Araújo, pelas partilhas deste mundo (não só universitário), por ter me mostrado ao longo desses anos de três mil quilômetros de distância ser uma amizade para tudo e todos os momentos. E a Laryssa Galvão minha grande amiga, que permaneceu ao meu lado quando mais precisei, principalmente no início da graduação, sou grata as minhas amizades de vida. E por fim, e não menos importante, ao Guilherme Lionço, que esteve presente na construção de todas as etapas deste trabalho contribuindo para o melhor, agradeço ainda pelo companheirismo e parceria, pelo ombro amigo, pelo abraço acolhedor, pela escuta, carinho e amor.

A todas minhas amigas da faculdade que tive o prazer de conhecer e compartilhar momentos durante esses anos de graduação, principalmente a Giovanna Queiroz amiga e parceira de profissão. Agradeço ainda todas as trocas, risadas e choros que a cada etapa diminuía a distância do nosso sonho em comum. Ter vocês como amigas é um privilégio, ainda mais como amigas de profissão!

A todos os profissionais da Universidade de Brasília, por serem uma rede de apoio direta e indiretamente nas vidas dos estudantes. Ao corpo docente do curso de Terapia

Ocupacional da UNB - Faculdade de Ceilândia, pelo conhecimento e por serem exemplos de profissionais. E em particular minha orientadora Flávia Mazitelli e a professora Ioneide Campos, por terem me acolhido desde no início, pela compreensão e auxílio durante essa trajetória.

E por fim, a todas as mulheres ativistas que conheci nesse processo, pela disponibilidade que possibilitou a construção deste trabalho. Pelas partilhas que acrescentaram não só na pesquisa, mas principalmente na minha vida. Fico muito feliz em tê-las conhecidas. Sou grata!

Muito obrigada a todos!

*Caminharemos nesta Terra, com respeito e graça.
Sempre teremos orgulho de nosso grande intelecto.
Honraremos nossas emoções para que nossos espíritos triunfem.
E se algum homem nos desmerecer...
Mostraremos onde fica a porta!*

Anne with an E – série

RESUMO

A busca por direitos (civis, políticos e sociais), equiparação salarial, fim das jornadas duplas e/ou triplas são algumas das lutas do movimento feminista, que não são tão recentes como se imagina, mas ganhos gradativos que a cada ano/década fizeram com que o movimento feminista atraísse uma grande parcela de mulheres que buscam maior visibilidade em suas lutas. Objetiva-se no presente estudo conhecer a percepção de mulheres ativistas sobre o seu cotidiano, considerando as demandas da militância, as dificuldades, fragilidades, desafios e enfrentamento das situações apresentadas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, tendo como contato inicial o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA). Utilizou-se essa entidade como apoio para executar a amostragem em bola de neve. As mulheres acima de 18 anos foram convidadas a participar deste estudo, totalizando 10 participantes. As mulheres participaram de uma entrevista semi-estruturada, com questões norteadoras. Após a organização dos dados, análise temática gerou as seguintes categoria: (i) o despertar para o movimento social, (ii) movimento social: demandas, fragilidades e desafios, (iii) saúde mental das mulheres, (iv) cotidiano e relação familiar. Os resultados da pesquisa apontaram que a maioria das entrevistadas possuem faixa etária entre 30 a 49 anos com predomínio de mulheres negras; a maioria possui renda familiar entre 10 a 20 salários mínimos; grande parte mora em regiões nobres do Distrito Federal e possuem nível de escolaridade nível superior; predominância de tempo de ativismo acima de 15 anos. As ativistas entrevistadas fazem parte de diversos movimentos sociais, perfazendo movimento feminista e movimento negro, relataram que as maiores dificuldades que encontram são em relação aos retrocessos perante governo com a falta de apoio, escassez de políticas públicas e a ausência da participação social. Houve predominância em suas falas sobre impactos psicossociais principalmente a sobrecarga em seus cotidianos; e emocionais como alegria, tristeza, depressão, raiva, entre outros. As estratégias de autocuidado e enfrentamento das situações apresentadas foram diversas como cozinhar, plantar, meditar, assistir filmes, sessões de terapia e relação familiar, sendo a relação familiar a maior rede de apoio que possuem. Considera-se a importância de estratégias sociais de divulgação de conhecimento sobre o ativismo, mostrando quem são essas mulheres e suas fragilidades como ser singular, reconhecendo a injustiça ocupacional que estão inseridas, assim facilitando implementação de políticas acessíveis e efetivas a este público.

Palavras-chave. Ativismo. Feminismo. Mulheres. Saúde Mental. Cotidiano.

ABSTRACT

The pursuit of rights (civil, political, and social), equal pay, end of double and/or triple working hours are some of the guidelines of the feminist movement. Such anxieties caused the feminist movement to attract a large number of women seeking greater visibility in their struggles. The aim of this study is to understand the perception of women activists about their daily lives, considering the demands of the militancy, difficulties, weaknesses, challenges, and coping with the situations presented. This is exploratory qualitative research that used the Feminist Center for Studies and Advisory (CFEMEA) as support to perform snowball sampling. Women over 18 years old were invited to participate in this study, totaling 10 participants, who participated in a semi-structured interview, with guiding questions. After organizing the data, the thematic analysis generated the following category: (i) awakening to the social movement, (ii) social movement: demands, weaknesses and challenges (iii) mental health, and (iii) women's mental health, (iv) daily life and family relationships. The survey results showed that the majority of the interviewees are between 30 and 49 years old, with a predominance of black women; most have family income between 10 to 20 minimum wages; most of them live in noble regions of the Federal District and have a higher education level; with the predominance of time of activism above 15 years. The interviewed activists are part of several social movements, with emphasis on the feminist movement and the black movement. In addition, it was reported that the greatest difficulties they encounter are in relation to government setbacks, with the lack of support, scarcity of public policies, and the absence of social participation. There was a predominance in their speeches about psychosocial impacts, mainly the burden on their daily lives, and emotional ones like joy, sadness, depression, anger, among others. The strategies for self-care and coping with situations presented were diverse such as cooking, planting, meditating, watching movies, therapy sessions, and family relationships, with family relationships being the largest support network they have. The importance of social strategies for knowledge and dissemination of activism is considered, showing who these women are and their weaknesses, their importance in the struggle to reduce social inequality, recognizing the occupational injustice to which they are subjected, facilitating the implementation of policies accessible and effective to this audience.

Key words. Activism. Feminism. Women. Mental health. Daily.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Países onde há maior número de feminicídios

FIGURA 2 – Cargos gerencias, por sexo, segundo os grupos faixa-etários e cor ou raça.

FIGURA 3 - Estimativa da taxa de abortos por 1.000 mulheres

FIGURA 4 – Gráfico da taxa de aborto por região do mundo

FIGURA 5 – Gráfico da autodeclaração em relação a cor da pele

FIGURA 6 –Escolaridade das mulheres ativistas da amostra realizada

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Divisão das profissões da amostra estudada

LISTA DE SIGLAS

CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CEP/CHS	Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
COVID-19	Corona Virus Disease – 2019
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
DF	Distrito Federal
FMNDFE	Frente de Mulheres Negras DF e Entorno
FCE	Faculdade Ceilândia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, +
MT/MCA	Medicina Tradicional e Complementar/Alternativa MT/MCA
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais

ONU	Organização das Nações Unidas
PL	Projeto de Lei
PNA	Pesquisa Nacional de Aborto
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
SM	Salário Mínimo
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SSP	Secretária de Segurança Pública
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UnB	Universidade de Brasília

LISTA DE ABREVIATURAS

art. - artigo

ed. - edição

et. al- et alii (“e outros”, masculino plural)

f. - folha

p. - página

v. - volume

n.- número

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 HISTÓRIA DO FEMINISMO NO MUNDO	12
1.2 HISTÓRIA DO FEMINISMO NO BRASIL	14
1.3 (DES) GOVERNOS	16
1.3.1 Violência contra as mulheres	16
1.3.2 Desigualdade de gênero	18
1.3.3 Saúde das mulheres – direitos reprodutivos	19
1.3.3.1 Desmonte na saúde mental	22
2 OBJETIVOS	24
2.1 OBJETIVO GERAL	24
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
3 METODOLOGIA	24
3.1 TIPO DE PESQUISA	24
3.2 UNIVERSO DE PESQUISA E PARTICIPANTES	25
3.3 LOCAL DA PESQUISA	25
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS	25
3.5 ANÁLISE DE DADOS	26
3.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	26
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS MULHERES	27
4.2 CATEGÓRIAS ANALÍTICAS	32
(i) O despertar para o movimento social	32
(ii) Movimento social: demandas, fragilidades e desafios	33
(iii) A saúde mental das mulheres	35
(iv) Cotidiano e relação familiar	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICES	51
APÊNDICE A – FORMULÁRIO GOOGLE FORMS	51
APÊNDICE B – PERGUNTAS NORTEADORAS	52
ANEXOS	54
ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP FCE/UNB	54
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	56

1 INTRODUÇÃO

Atualmente percebe-se a preocupação em falar sobre feminismo, entendido como um “movimento favorável à equiparação dos direitos civis e políticos da mulher aos do homem” (FERREIRA, 2010 p. 345), dentro de todas suas variações temporais e intelectuais. É marcante a presença do machismo e do patriarcalismo na sociedade, tornando a busca por direitos e deveres igualitários uma necessidade constante e incessante.

O propósito deste trabalho é apresentar de forma clara e objetiva quem são essas mulheres feministas e ativistas¹ que estão à frente dessas lutas, suas dificuldades, fragilidades, os impactos psicossociais e emocionais, e os desafios relacionadas à sua militância e ao seu cotidiano. Por fim, apresentar as estratégias de autocuidado e enfrentamento das situações do cotidiano, elencadas por elas.

Pretende-se que o conhecimento procedente da pesquisa contribuirá para o desenvolvimento de alternativas efetivas para intervenção com este público; elaboração de políticas públicas de proteção aos direitos humanos de mulheres ativistas; e discussões sob a perspectiva da militância e cotidiano de mulheres no âmbito científico.

1.1 HISTÓRIA DO FEMINISMO NO MUNDO

A primeira onda do feminismo sucedeu-se a partir das últimas décadas do século XIX, até meados do século XX, centrado na reivindicação dos direitos políticos, sociais e econômicos (PEDRO, 2005). As *sufragistas*, como ficaram conhecidas, eram mulheres ativistas que promoveram grandes manifestações buscando primeiramente o direito ao voto. Tal, foi conquistado em 1918 no Reino Unido, trazendo uma maior visibilidade a essa luta e a mesma aspiração em outros países (PINTO, 2010).

Em paralelo e diferentemente da luta das mulheres ativistas do movimento feminista branco, existiam as mulheres negras que não eram só propriedade do pai ou do marido mas também propriedade institucional e jurídica, que além de lutarem por direitos básicos feministas, lutavam pela abolição da escravidão Estadunidense. Em contrapartida as mulheres brancas reagiram contra o movimento abolicionista, alegando uma possível perda

¹ “Ativistas são aqueles que participam da vida pública para além dos momentos eleitorais. Aqueles que se identificam com um movimento social, que se envolvem com as suas causas e que os apoiam efetivamente” (MANSBRIGDE, 1990, p. 229 apud LUVIZOTTO, 2016). Luvizotto (2016) ressalta que o ativismo pode ser de cunho político, social, religioso ou de caráter identitário.

de direitos conquistados a elas com a liberdade por parte dos homens negros (FRANCHINI, 2017).

Segundo Franchini (2017), a segunda onda do movimento teve início por volta de 1950 a 1990, onde foram iniciados diversos estudos focados na condição da mulher, começando a construir uma teoria-base sobre a opressão feminina, em que se promovia a distinção entre sexo e gênero², sendo construtos histórico-culturais. Essa fase se caracterizou pela luta por direitos reprodutivos e discussões acerca da sexualidade, utilizavam estratégia de conscientização das mulheres por meio de atividades coletivas visando o empoderamento das mulheres enquanto coletividade. Foi na segunda onda que ocorreu um grande desenvolvimento teórico-acadêmico viabilizado pelas indagações dos pensamentos feministas ocorrendo questionamentos até mesmo da ciência (FRANCHINI, 2017).

As colaboradoras das “novas epistemologias feministas”, Dorothy Smith e Patricia Hill Collins, defendiam que toda a ciência social feminista devia ser construída a partir do olhar, da vivência, da experiência e do ponto de vista da mulher, integrando seletivamente em suas abordagens princípios do pensamento modernista e pós-modernista. A abordagem social/marxista das duplas/triplas jornadas de trabalho, do ganho salarial diferente dos homens, da divisão no mercado de trabalho e no sistema educacional, eram outras problemáticas pautadas no movimento feminista. Além de explorarem essas questões, autoras como Sheila Rowbotham e Angela Davis expandiram a discussão para incluir também as variáveis de raça e de classe, e é nesse cenário que as lutas feministas divergiam quanto especificidade de suas identidades, surgindo mais fortemente o feminismo negro enquanto movimento independente (FRANCHINI, 2017).

Segundo Franchini (2017), sobre as especificidades das identidades surge a terceira onda nos anos 90, marcada inicialmente pelos movimentos punk feminista que criticavam abertamente o patriarcalismo e promoviam o poder feminino, trazendo essas temáticas em suas letras musicais. Porém, os debates ainda eram muito voltados para as questões da segunda onda. Com isso Kimberlé W. Greenshaw, jurista afro-americana, em 1989, traz o conceito de interseccionalidade enquanto uma categoria teórica que focaliza múltiplos sistemas de opressão, uma ferramenta para que mulheres atingidas por vários tipos diferentes de opressão (raça, classe, sexualidade) pudessem analisar suas condições.

² Olinto (1998) respalda o conceito de sexo e gênero, sendo o sexo baseado exclusivamente na caracterização genética e anátomo-fisiológica dos seres humanos. Já gênero, uma construção social do sexo, referindo-se à “distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e à dimensão biológica dos seres” (HEILBORN, p. 23-28. 1991; HEILBORN, p. 2. 1994 apud OLINTO, 1998).

É na terceira onda que começa a desconstrução de pensamentos categóricos e críticas às prévias narrativas de liberação e vitimização vindos das ondas anteriores. Ocorrendo a individualização do conceito feminismo, um enfraquecimento e capitalização do mesmo. Ainda na terceira onda, surge a ideia de transversalismo considerando todas suas especificidades não voltadas somente à etnia/raça e sexualidade, mas também à cultura, nacionalidade, religião; compreendendo-os é possível traçar estratégias e políticas públicas (FRANCHINI, 2017).

Creenshaw (2004) defende ainda que os movimentos sociais devem se completar, ocorrendo uma correlação entre eles, e não serem formas individualistas de lutas. Tendo o conceito de inteccionalidade reformulado, definido atualmente por Sirma Bilge, como:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70).

Patricia Hill Collins (2014) defende que a interseccionalidade é de modo simultâneo um objeto de conhecimento e um artifício político. Visto que a interseccionalidade parte do princípio da singularidade de cada ser, como uma das formas de combater as várias opressões, sendo um recurso de luta política.

1.2 HISTÓRIA DO FEMINISMO NO BRASIL

No Brasil, o contexto da primeira onda, é voltada à Corte Portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, com novas reformas econômicas e políticas. Surgiu o primeiro jornal impresso, denominado Gazeta do Rio de Janeiro, oportunizando a ampliação e diversificação desse meio de comunicação (GOMES, 2009). Ainda nesse contexto, há um aumento de números de revistas e jornais com aspectos feministas, por imprensas de mulheres, que até então abordavam temas como ‘deveres femininos’ enquanto a imprensa feminista possuía publicações focadas na reivindicação dos direitos femininos e na emancipação das mulheres (SULLEROT 1963 apud BUITONI, 2009). A principal pauta foi o sufrágio feminino, o direito de votar e se candidatar. Concomitante a essa luta ocorriam manifestos voltados à

causa abolicionista (BANDEIRA e MELO, 2010); ao direito das mulheres ao ensino básico, frequentando escolas (conquistado em 1827) e ao ensino superior (conquistado em 1881) (TELLES, 1993); a legalização do divórcio (MARQUES, 2006); ao direito a participação em concursos e cargos públicos (TELLES, 1993) entre outros.

Dentre tantas jornalistas, Duarte (2003) destaca Josephina Álvares de Azevedo, que publicava periódicos feministas e que teve uma peça teatral sobre *O voto feminino*, no Recreio - RJ, posteriormente publicada em livro, destacando-a como uma das primeiras mulheres a defender o direito ao voto e à cidadania no país.

Embora Duarte (2003) afirma que a primeira onda do movimento feminista no Brasil foi caracterizada pelas “primeiras letras”, essa não foi a única pauta. Sobressaía-se a luta pelo sufrágio feminino.

As *sufragistas* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga e cientista que, em 1910, iniciou a luta pelo voto juntamente com outras mulheres. Bertha foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922, organização conhecida pela realização da campanha pública pelo voto feminino e considerada a principal instituição coletiva de mulheres no país até a década de 70. Já em 1927 tal instituição direcionou o abaixo-assinado ao Senado que reivindicava o direito ao voto, conquistado somente cinco anos depois em 1932, quando foi decretado no Novo Código Eleitoral Brasileiro (PINTO, 2010).

Entre 1960 a 1980, a luta feminista deu prioridade ao direito à sexualidade, direitos reprodutivos e ao mercado de trabalho. Uma das palavras de ordem naquele momento era: “o privado é político”, trazendo uma reflexão à sociedade sob a dominação, poder e opressão do homem em relação a mulher, manifestando a relação de omissão do poder político (PEDRO, 2005). No ano de 1964, ocorreu o golpe militar e assim a ditadura pelos anos seguintes, o regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação, entre elas as feministas, por entendê-las como políticas e moralmente ameaçadoras ao patriarcado, assim as manifestações ocorriam ilegalmente e de forma mais sutil durante esse período (PINTO, 2010).

Em 1975, no Ano Internacional da Mulher, foi declarado na Assembleia Geral, pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Década da Mulher. Segundo Tabak (1995) foi o resultado de inúmeras pesquisas e levantamentos que apontavam que milhões de mulheres ainda se encontravam em uma situação de vulnerabilidade. Enquanto em outros países as mulheres lutavam pela igualdade de direitos, em contrapartida, no Brasil, ainda havia marcas

da ditadura, onde foi necessário a imposição dessas mulheres não só a favor da igualdade de direitos, mas também pela redemocratização do país (TELES, 2015).

Nesse contexto, Pinto (2006), relata o surgimento das primeiras Organizações Não-Governamentais (ONGs) feministas brasileiras, mediante pesquisas e dados sobre a vulnerabilidade em todos os âmbitos que as mulheres estavam inseridas. Criando uma vertente de institucionalização do movimento, com projetos financiados, principalmente, pela cooperação internacional. Nos anos 90, as ONGs conquistaram mais espaços, sendo

responsáveis pela presença no campo político de temas que historicamente encontraram resistência no interior dos partidos políticos, entre os quais se destacam os temas dos direitos das mulheres. Entretanto, estas organizações não podem ser vistas de maneira simplista, como substitutas de partidos políticos, do Estado ou mesmo dos movimentos sociais (PINTO, 2006, p. 667).

Não há um consenso sobre a quarta onda do feminismo, embora Franchini (2017) afirme que parte da academia fala nessa existência caracterizada pelas redes sociais. Essa divisão habitual dos movimentos feministas em ondas (primeira, segunda e terceira) recebe muitas críticas, já que entende-se como um movimento transversal. Porém é bastante usada para explicar os marcos temporais históricos, sendo empregada para análises de avanços, mudanças e permanências dentro das práticas e das teorias feminista (MOURA, 2018).

1.3 (DES) GOVERNOS

1.3.1 Violência contra as mulheres

Um levantamento das últimas três décadas apontou que o movimento internacional de proteção das mulheres teve três interfaces principais: a discriminação contra a mulher; a violência contra a mulher; e os seus direitos sexuais e reprodutivos³ (PIOVESAN, 2011).

O movimento feminista no Brasil em conjunto com o Poder Legislativo em busca de mudança e novas propostas de políticas públicas para as mulheres, obtiveram avanços como: a Secretária de Políticas para as Mulheres (SPM) criada em 2002 e a aprovação da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, objetivando garantir a não violência doméstica contra as mulheres. Um outro avanço foi a criação da Bolsa Família, programa de política pública

³ Os direitos reprodutivos referem-se “à capacidade de se reproduzir e a liberdade de decidir-se, quando e com que frequência se reproduzir” PETCHESKY (1999, p. 21 apud LEMOS, 2014), instrumento de ação política. Já os direitos sexuais, fundamenta o exercício da vivência da sexualidade, da livre escolha de parceiros e práticas sexuais (LEMOS, 2014).

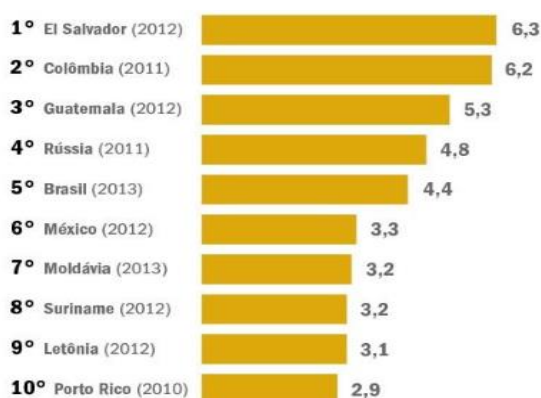
que tem o intuito de redistribuição de renda, no qual a maioria dos cartões está em nomes de mulheres que possuem o poder de gerenciamento financeiro de seus lares. Além disso, no ano das eleições de 2010 foi eleita a primeira presidente mulher do Brasil, que priorizou nomeações de mulheres para cargos políticos (TAVARES, 2011).

Contudo, nos últimos anos vêm ocorrendo inúmeros retrocessos de conquistas feministas perante a sucessão de governos. Segundo o, ou seja, mais da metade da verba destinada às políticas públicas para mulheres foi cortada. Reduzindo também cerca de R\$ 11,5 milhões para R\$ 5,3 milhões o orçamento destinado às políticas de incentivo à autonomia das mulheres.

A taxa de feminicídio⁴ no Brasil é a quinta maior do mundo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2017, o número de assassinatos chega a 4,8 para cada 100 mil mulheres. O Mapa da Violência de 2015 aponta que, entre 1980 e 2013, 106.093 mulheres morreram por serem mulheres, sendo a maior taxa de feminicídio entre mulheres negras com um aumento de (54%) entre 2003 e 2013. Nesse mesmo período a taxa de feminicídio entre mulheres brancas caiu (9,8%). A pesquisa aponta que (55,3%) desses crimes ocorreram no ambiente doméstico e (33,2%) dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas (OMS, 2017).

FIGURA 1 - Os países onde mais mulheres são assassinadas

Taxa de homicídios por 100 000 habitantes



Fonte: Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, nos cinco primeiros meses de 2019, os casos de feminicídio cresceram 16% no Distrito Federal, em comparando se com o mesmo período de 2018. É importante salientar que os meios de

⁴ Lei nº 13.104/ 2015, qualifica o crime de Feminicídio, como homicídio realizado contra a mulher em relação ao seu gênero (BRASIL, 2015).

comunicação deverão alertar à população como proceder em situações eminentes de violência contra a mulher, cabendo a todos essa responsabilidade (SSP/DF, 2019).

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) houve aumento da subnotificação da violência contra a mulher durante a pandemia da COVID- 19, alguns estados apresentaram queda no número de registros de ocorrências no mês de março, um fator contribuinte para essa subnotificação foram as dificuldades nos canais de denúncia oficiais já que as vítimas estavam confinadas com seus agressores. Constatou um aumento de (431%) de relatos de brigas de casal no Twitter, analisaram 52.315 menções entre as quais 5.583 apontavam para a ocorrência de violência doméstica contra mulheres. Apesar dos registros terem diminuído, houve aumento nos atendimentos de violência doméstica pela PM no 190 em comparação entre março de 2019 e março de 2020, assim como os feminicídios (FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

Singulano e Teixeira (2020) afirmam que para erradicar a violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil é preciso ocorrer abordagens multi e interdisciplinares, com a adoção de medidas em diversas áreas como educação, assistência social, saúde e segurança, assim como participação de toda sociedade e Estado, de medidas preventivas para o enfrentamento dessa problemática. Ainda corrobora com a necessidade de inclusão humanista em currículo escolar, centrada nos direitos humanos.

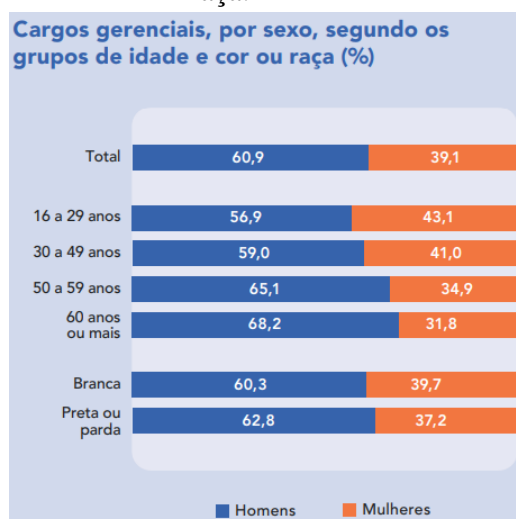
1.3.2 Desigualdades de gênero

Muitas mulheres enfrentam diariamente jornadas duplas e até mesmo triplas, devido aos afazeres domésticos, cuidados com os familiares e atrelado a isso seus trabalhos remunerados. Sendo um fator de risco à sua saúde mental, já que a mulher precisa dar conta de tudo sem cansar e/ou cometer erros. Segundo estudos de Estatísticas de Gênero divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2018, as mulheres ganhavam, em média, (76,5%) do rendimento dos homens. Em 2016, foi divulgado que as mulheres de 15 a 17 anos de idade tinham frequência escolar líquida⁵ de (73,5%) para o ensino médio, contra (63,2%) dos homens.

⁵ A taxa bruta de matrícula corresponde à proporção entre o total de matrículas em um dado nível de ensino e a população na faixa etária adequada a esse nível. Enquanto, a taxa líquida de matrícula pode ser definida como o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado à sua idade (MEC/Inep/Seec).

Ainda que as mulheres alcancem em média um nível de instrução superior ao dos homens, diferença que evidencia o nível superior completo onde a faixa etária de pessoas mais jovens, de 25 a 44 anos de idade, em que o percentual de mulheres que completou a graduação é de (21,5%), enquanto dos homens foi de (15,6%), indicador (37,9%) superior ao dos homens (IBGE, 2016).

FIGURA 2 – Cargos gerenciais, por sexo, segundo os grupos faixa-etários e cor ou raça.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Souza-Lobo afirma que a diferenciação de ocupações entre os sexos, apoia-se na delimitação das ocupações femininas e masculinas, imposta por rótulos de construtos sociais onde há especificações de tarefas para cada sexo, fundamentada na ideia de habilidades “naturais”. Baseado nos dados do IBGE em 2016, nota-se que embora possuam um maior nível escolar há maiores barreiras de oportunidades e crescimento numa empresa, ocorrendo conjuntamente a segregação ocupacional⁶.

1.3.3 Saúde das mulheres – direitos reprodutivos

Na área da saúde ocorreu mais retrocessos, ressaltando os direitos reprodutivos. Foi a cogitação da aprovação de projetos de leis como, por exemplo, o PL 478/2007, o Estatuto do Nascituro, que voltou a tramitar na Câmara para ser votado em 2020. Onde reconhece

⁶ Segregação ocupacional reflete uma assimetria na admissão de trabalhadores, baseada características como: sexo, cor, nacionalidade e qualificação profissional Bahia et al (2009 apud RIBEIRO; ARAÚJO, 2016).

como nascituro o indivíduo já concebido, porém não nascido. Segundo Projeto de Lei 478/2007, artigo 3º.

“O nascituro adquire personalidade jurídica ao nascer com vida, mas sua natureza humana é reconhecida desde a concepção, conferindo-lhe proteção jurídica através deste estatuto e da lei civil e penal.” (PL 478/2007, art. 3º p. 1).

O crime de aborto permanece vigente no Código Penal, de 1940, no capítulo dos crimes contra a vida. A lei prevê punição de um a três anos de detenção para a prática provocada pela gestante ou com seu consentimento (art. 124). E, nos casos de aborto provocado por terceiro, sem a anuência da grávida, a pena é de reclusão de três a dez anos (art. 125). Mas, em duas situações a lei penal permite o aborto: para salvar a vida da mulher (art. 128, I); e quando a gravidez é resultante de violência sexual (art. 128, II) (VENTURA, 2010). Contudo, com a aprovação do PL 478/2007, o artigo 13º presente no projeto proíbe a interrupção da gravidez em casos de violência sexual.

“O nascituro concebido em um ato de violência sexual não sofrerá qualquer discriminação ou restrição de direitos, assegurando-lhe, ainda, os seguintes: I – direito prioritário à assistência pré-natal, com acompanhamento psicológico da gestante; II – direito a pensão alimentícia equivalente a 1 (um) salário mínimo, até que complete dezoito anos; III – direito prioritário à adoção, caso a mãe não queira assumir a criança após o nascimento.” (PL 478/2007, art. 13º p. 3).

Com o reconhecimento da vida do indivíduo desde sua concepção, fica mais difícil abordar questões como o direito das mulheres ao aborto. Retomando uma concepção nem tão regressa de que a mulher é um objeto, sem direito de escolhas e incapaz de tomar decisões, sendo violado sua autodeterminação e sua essência como um ser singular (ALFIERI, 2013).

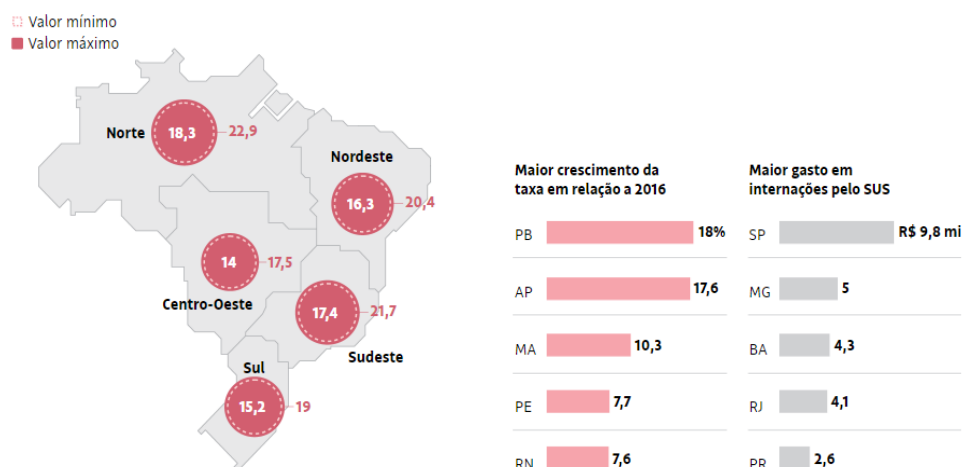
Segundo dados da Pesquisa Nacional de Aborto 2016 (PNA), realizada pela Anis - Instituto de Bioética e pela Universidade de Brasília (UnB) entrevistou 2.002 mulheres entre 18 e 39 anos. Detectando que uma em cada cinco delas até os 40 anos já fez, pelo menos, um aborto na vida. As mais prevalentes entre os dados são mulheres católicas com (56%), seguidas das evangélicas protestantes (25%) e outras religiões (7%). Os dados ainda demonstram que (67%) dessas mulheres já têm filhos (DINIZ et.al, 2017).

No Brasil, cerca de metade das mulheres que abortam todos os anos precisam ser internadas. São 250 mil mulheres a cada ano nos leitos do SUS por abortos inseguros (DINIZ,

et.al, 2017). Os gastos com a internações custaram ao Sistema Único de Saúde R\$ 486 milhões entre 2008 e 2017. Somente em 2017, esse custo foi de R\$ 50.762.324,38 aos cofres públicos, 2,1 milhões de mulheres foram internadas (Anis – Instituto de Bioética, 2019).

Em 2017, o Norte foi a região com a maior taxa de aborto no Brasil.

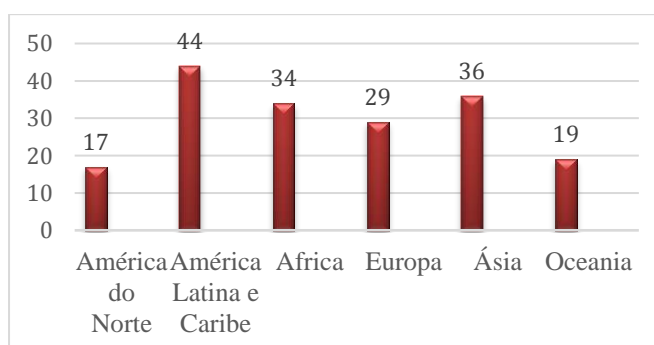
FIGURA 3 - Estimativa da taxa de abortos por 1.000 mulheres



Fonte: Ministério da Saúde (2017)

Segundo dados da PNA 2016, (15%) das mulheres negras e (24%) das mulheres indígenas já fizeram um aborto na vida, comparadas a (9%) das mulheres brancas. Assim sendo, a desigualdade racial e de classes vulnerabiliza as mulheres em escolhas reprodutivas (DINIZ et.al, 2017). Há evidências confiáveis de queda na taxa de mortalidade materna após a descriminalização do aborto em diversos países, como Estados Unidos, Etiópia, Uruguai, Romênia e África do Sul (STARRS, 2018).

FIGURA 4 – Gráfico da taxa de aborto por região do mundo
Número de abortos para cada 1000 mulheres entre 15 a 44 anos



Fonte: Guttmacher Institute

Sydow et.al. (2011) afirma que a criminalização do aborto viola os direitos reprodutivos autodeterminados pelas mulheres. As mulheres precisam ter o direito de escolha sobre sua gestação, já que é uma complexa e delicada questão visto que o acesso a informação e a saúde não é o mesmo para todas. É preciso levar em consideração todas as problemáticas possíveis (ALMEIDA, 2012 apud ANJOS et.al. 2013). É necessário compreender que a política de planejamento familiar não possui a mesma eficácia em todo o território nacional brasileiro, devido aos diferentes contextos sociocultural e distribuição de verbas (SYDOW et al., 2011). Sendo primordial uma revisão da legislação brasileira frente ao aborto, para que seja garantido ações que assegurem uma maior autonomia das mulheres frente a questões reprodutivas (MENEZES; AQUINO, 2009).

1.3.3.1 Desmonte na saúde mental

Em 2016, ocorreu o processo de impeachment no qual o ex-presidente Michel Temer assumiu o poder do executivo, que, por meio da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, art. 1º, extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Os art. 6º e 7º transferem as competências, órgãos e entidades subordinadas a esse Ministério para o Ministério da Justiça e Cidadania (BRASIL, 2016). Além disso, todos os ministérios passaram a serem ocupados por homens, tendo a possibilidade de avanços de políticas públicas para as mulheres diminuídas, reforçando a desigualdade de gênero.

Desde 2016, vem ocorrendo um retrocesso acelerado dos avanços obtidos pela reforma psiquiátrica (DELGADO, 2019). Entre os anos de 2016 a 2019 foram reformulados documentos, portarias, decretos e resoluções para a construção da ‘Nova’ Política de Saúde Mental, caracterizada pelo incentivo às internações psiquiátricas e a desassociação da política de álcool e outras drogas, com abordagem punitivas e proibicionistas (BRASIL, 2019).

O primeiro sinal de retrocesso da política nacional da saúde mental foi a mudança na gestão através de nomeações pelo governo, com objetivo de otimizar o enfrentamento da crise política (CRUZ et. al 2020). Juntamente com essa nova proposta de reformulação, em 2017 foi retirada a palavra ‘democracia’ no que se refere às práticas de cuidado e gestão na Política Nacional de Atenção Básica, além de outras mudanças retrógradas aos avanços da saúde (MELO et. al 2018).

O marco inicial para a ‘nova’ política foi o estabelecimento de novas diretrizes para o funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), pactuando a política de saúde

mental no âmbito de hospitais psiquiátricos. Além disso, a reformulação do hospital-dia a um dispositivo não territorial, voltando a remeter ao caráter hospitalar e asilar presente antes da reforma psiquiátrica. (CRUZ et. al 2020)

Além desses retrocessos notórios, ao se tratar dos centros de atenção psicossocial de álcool e outras drogas (CAPS- ad), as novas reformulações ampliam o tamanho das Residências Terapêuticas e das enfermarias de leitos de saúde mental em hospital geral, aumentando também os recursos hospitalares (BRASIL, 2017). Contrariando a ideia de atendimento humanizado, vínculo, cuidado centralizado e território (CRUZ et. al 2020). Ainda dispõe aos gestores locais a alocação de verbas para os dispositivos que considerarem mais adequados, sendo possível, o manejo que antes era feito para o território comunitário, para os hospitais psiquiátricos ou comunidades terapêuticas (CRUZ et. al 2020). Ainda há muitos outros aspectos reformulados com a ‘nova’ política de saúde mental, tornando-se evidente os retrocessos que estão ocorrendo. É preciso estar atento a “nova” velha política e governantes que buscam manter os governos patriarcais e conservadores.

Cruz et. al (2020) defendem que as mudanças propostas não possuem fundamentação e argumentação teórico-científica e que a reforma psiquiátrica brasileira deve proporcionar orientações para as estratégias de luta e resistência ao desmonte da rede de atenção psicossocial.

É significativo compreendermos a importância do ativismo em suas várias vertentes, já que a maioria das políticas públicas construídas surgiram de demandas “invisíveis” aos governantes, onde organizações e movimentos sociais são pontes entre pessoas em vulnerabilidade e o poder político. Entretanto em 7 de outubro de 2018, nas eleições, o candidato Jair Bolsonaro, manifestou sua intenção em ‘botar um ponto final em todos os ativismos no Brasil’, em uma transmissão ao vivo no Facebook, levando uma ideia errônea do que é o ativismo, colocando em risco a democracia. Atualmente ele é o chefe do Executivo, representante da população e possui uma responsabilidade no que fala já que a propagação de informações é rápida e de nível internacional. O que nos leva a refletir que há um colapso eminente dos direitos das mulheres, já que conquistas adquiridas ao longo dos anos estão perdendo espaço, voltando a governos patriarcais nos quais os beneficiados são homens, brancos, heterossexuais e de classe alta (FERREIRA, 2018).

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Conhecer a percepção de mulheres ativistas sobre o seu cotidiano, considerando as demandas da militância, as dificuldades, fragilidades, desafios e enfrentamento das situações apresentadas.

2.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Elaborar uma caracterização sociodemográfica das mulheres ativistas, de acordo com as seguintes variáveis: idade, nacionalidade, escolaridade, situação conjugal, atividade laboral, renda familiar, movimento social a que se vincula, tempo de ativismo descrito em anos;
- Identificar as principais demandas da militância destacadas no cotidiano das mulheres;
- Identificar e analisar as principais dificuldades, fragilidades e desafios encontrados na relação entre militância e cotidiano;
- Identificar a (in) existência dos impactos psicossociais e emocionais relatados pelas mulheres ativistas;
- Analisar as estratégias de autocuidado e enfrentamento das situações do cotidiano, elencadas por elas.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

O processo metodológico foi norteado pela pesquisa do tipo exploratória, e de natureza qualitativa (MARCONI; LAKATOS, 2003; POPE; MAYS, 2009). A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (MINAYO, 2001). Gaskell (2002, p. 65) afirma também que a pesquisa qualitativa “fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específico”.

3.2 UNIVERSO DE PESQUISA E PARTICIPANTES

O universo do estudo compreende-se no cotidiano de mulheres ativistas. Tendo em vista sua complexidade é necessário conhecer a percepção de mulheres ativistas sobre o seu cotidiano, considerando as demandas da militância, as dificuldades, fragilidades, desafios e enfrentamento das situações apresentadas.

Foram selecionadas 10 mulheres ativistas, por saturação de dados, sendo o critério de inclusão: mulheres ativas em diversos movimentos sociais, acima de 18 anos, militante dentro do Distrito Federal. E como critérios de exclusão: mulheres que não possuem interesse na participação da pesquisa; mulheres feministas, mas que não tem participação ativa em movimentos sociais. Foi utilizada a amostragem em bola de neve, a qual se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral (VINUTO, 2014). Sendo o pontapé inicial desta pesquisa mulheres ativistas que participam da roda de autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas no Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), no Plano Piloto.

3.3 LOCAL DA PESQUISA

Todas as participantes foram convidadas por meio eletrônico, como aplicativos de mensagens e ligações telefônicas. E todas foram entrevistadas por aplicativos de vídeo chamada, como: Google Meets, WhatsApp e Zoom. As entrevistas e abordagens foram feitas a distância devido a pandemia do coronavírus (COVID-19), onde o isolamento social é a medida mais eficaz para a não disseminação do vírus.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS

A pesquisa foi dividida metodologicamente em dois momentos: no primeiro, considerando a amostragem do tipo bola de neve, ocorreu um levantamento sociodemográfico das mulheres ativistas através da ferramenta Google Forms, por meio de um formulário, considerando: idade, naturalidade, escolaridade, situação conjugal, renda familiar, movimento social a que se vincula - trabalhista, ambiental, político, raça/etnia, entre outros (APÊNDICE A). Já no segundo momento, as mulheres participaram de uma entrevista

semi-estruturada, com questões relacionadas às principais demandas, dificuldades, fragilidades e desafios encontrados na relação entre militância e cotidiano como trabalho, ocupação, desde quando entendem se como ativistas. E também, os possíveis impactos psicossociais/emocionais relatados e as estratégias de autocuidado e enfrentamento das situações do cotidiano, com duração em média de 30 min a entrevista (APENDICE B). As ativistas foram classificadas em Ativista 1 (A1) a Ativista 10 (A10), referente a cada entrevistada na apresentação de suas falas, para que não fossem identificadas e seu anonimato fosse mantido. As entrevistas foram gravadas em áudio sob consentimento das participantes (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE). Posteriormente, as gravações foram transcritas e sistematizadas a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

3.5 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados foi realizada por meio da transcrição integral das gravações de áudio das entrevistadas, sendo utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), que indica três fases fundamentais, a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise, pode ser identificada como uma fase de organização, na qual ocorre o envolvimento com a leitura “flutuante”, ou seja, documentos preliminares a serem submetidos à análise, como a formulação de hipóteses, objetivos da pesquisa, indicadores para orientação da interpretação e a construção do material formal (BARDIN, 2011 apud CÂMARA, 2013).

Câmara (2013), ainda explica que na exploração do material, identificada como segunda fase, ocorrerem a codificação, classificação e categorização dos procedimentos. Após a codificação e a classificação em blocos, as categorias vão se alinhando de forma clara com os objetivos do estudo. A terceira fase, é caracterizada como tratamento dos resultados, ocorrendo a inferência e interpretação dos dados.

3.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

A pesquisa cumpriu as normas e diretrizes da Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde. Foi revisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/CHS (CAAE: 28453519.7.0000.8093). As participantes que concordaram em participar da pesquisa de forma voluntária preenchendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE,

contendo as explicações necessárias sobre a pesquisa, com a garantia do sigilo das informações colhidas e total anonimato das participantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise e interpretação dos dados coletados será apresentada em duas partes: a primeira parte refere-se ao perfil sociodemográfico das mulheres; já a segunda, apresentarei as categorias propriamente ditas.

4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS MULHERES

Os dados sociodemográfico demonstraram que as mulheres são de nacionalidade brasileira. As faixas etárias predominantes da população entrevistada correspondem às idades entre 30 a 49 anos (60%), seguidas de 18 a 29 anos (20%), 50 a 65 anos (10%) e mais de 65 anos (10%). Em relação a situação conjugal (50%) das ativistas declaram serem solteiras, (20%) casadas, (20%) divorciadas e (10%) em união estável.

Constatou que (30%) das mulheres possuem renda familiar entre 10 a 20 salários mínimos⁷ (SM), (20%) entre 5 a 7 SM, e (20%) entre 4 a 5 SM. Já o nível de escolaridade das entrevistadas indica que (30%) possuem mestrado completo, (30%) especialização completo, (10%) mestrado incompleto, (10%) pós-doutorado, (10%) ensino superior incompleto, (10%) ensino médio completo. Nota-se que a maioria das entrevistadas também fazem parte de uma classe privilegiada de estudos.

Na autodeclaração relacionada a cor da pele, constatou-se que (40%) se identificaram como pretas, (20%) pardas e outros (40%) brancas. Destaca-se também que (70%) das entrevistadas ativistas possuem mais de 15 anos de ativismo, e (30%) possuem média de 6 anos de ativismo.

Os movimentos sociais e coletivos em quais estão inseridas variaram, apresentados como, Cirandas pela Democracia; Florescer pela Infância; Fórum de Mulheres do DF; Movimento de Mulheres Negras; Movimento de Mulheres; Coletivo Filhas de Mães com Alzheimer; Movimento LGBTQ+; Coletiva Bruxaria (promove shows com bandas de mulheres); Frente de Mulheres Negras DF e Entorno (FMNDFE); Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA); Coletiva bLoKa (mulheres que tocam em fanfarras); Movimento Txai

⁷ Salário Mínimo = R\$ 1.045 (mil e quarenta e cinco reais), em 2020.

(humanização da educação pública por meio da pedagogia Waldorf); Movimento ambientalista; e Coletivo Nós por Nós.

Evidenciou-se ainda que, o local de residência das entrevistadas é em sua grande parte em áreas nobres do Distrito Federal, onde (40%) das entrevistadas moram no Plano Piloto e (30%) no Lago Norte, totalizando (70%) das entrevistadas, os outros (30%) foram divididos em outras Regiões Administrativas mais periféricas de Brasília sendo tais Guarará, São Sebastião e Varjão.

As mulheres apresentaram ocupações laborais distintas, sobressaindo as ocupações de professoras aposentadas (20%) e estudantes (20%), as outras profissões apresentadas foram empresária, bancária, psicanalista, jornalista, antropóloga, concursada totalizando os outros (60%) das mulheres entrevistadas.

O fato da pesquisa ter sido realizada com mulheres que participam da Roda de Cuidado e Autocuidado entre ativistas no CFEMEA, localizado no Plano Piloto, que é frequentado por mulheres das proximidades, somado à técnica de abordagem bola de neve (na qual essas mulheres indicam outras para a pesquisa), pode ajudar a explicar, em parte, os dados de residência, escolaridade e renda familiar, que se distinguem daqueles do IBGE.

Uma breve descrição: Quem são essas mulheres?

É importante conhecer essas mulheres, para que haja uma melhor compreensão e interpretação dos dados. Abaixo, segue uma breve autodescrição de cada uma delas:

- **A1:** *“Bom eu sou uma professora, uma mulher negra, sou uma professora da secretaria da educação recém aposentada, aposentei há pouco tempo, moro com filho, a minha família não tem ninguém que é de movimento, então eu não encontro ressonância na minha família, embora encontre apoio, mais eu não encontro ressonância”.*
- **A2:** *“É, então... Eu sou psicanalista, e atualmente estou fazendo um pós-doc na UnB no Instituto de Psicologia, e dentro do pós-doc eu dou disciplinas, já dei uma disciplina na pós e na graduação. Eu já sou, já fui professora durante 20 anos em várias universidades, antes era na Católica”.*

- **A3:** *“Hoje eu me defino... sou uma pessoa de esquerda, hoje eu me defino uma mulher feminista antes inclusive de ser de esquerda, porque eu acho que tem umas desigualdades de gênero que você só tem a dimensão com a maternidade né?! Que é o grande, o grande pra mim do pilar material de gênero, desigualdade que termos salarial, e todos os outros. Eu sou jornalista, sou a mãe da H e da L. E moramos juntas aqui, nós três”.*
- **A4:** *“Ok, N é uma mulher negra, de 72 anos, cuja origem se dá no Rio de Janeiro, filha de um homem proletário, de uma mulher advinda da roça e de uma lavadeira, a qual nós tivemos a riqueza dessa história ser publicada nesse livro tá! Aonde conta minha história, filha de lavadeira tá, e aqui tem toda a trajetória da minha mãe que eu considero a minha grande pedagoga que com o segundo ano primário ela é como se tivesse feito todas as universidades do mundo. Aonde ela coloca que a filha dela eu N. R, não seria e não teria a mesma condição que ela ne. E ao lavar roupa a minha mãe me colocava para estudar no Rio Maracanã aonde não poderia jamais molhar os cadernos e os livros, e com isso ela fez de mim uma mulher negra que até hoje não consegue ficar sem estudar, sem adquirir cultura, sem se informar, sem buscar a compreender o mundo.”*
- **A5:** *“Eu sou mãe...a E é uma pessoa que ela se, ela adora uma militância sabe? Então ela cheia de amores, revoluções que ela quer fazer, que ela acredita, e ela se joga de cabeça. Cuida de muitas coisas, é uma oxum... que vai cuidando e administrando ali todo mundo, o que às vezes ela dá uma surtada com tudo que ela tem. Mas enfim sempre movida por muito amor, por muito, assim esse amor por acreditar em causas ne?! A E é uma pessoa assim que movimenta nesse mundo pelas suas causas...já há 2 anos eu trabalhava de casa, porque eu trabalho em outro estado assim, e aí eu sou antropóloga de formação, minha graduação e depois fiz mestrado em desenvolvimento rural sustentável”.*
- **A6:** *“Eu sou a J.S.L, tenho 23 anos. Estudo... faço curso técnico agora de audiovisual, e também faço engenharia mas no momento eu tranquei o curso para seguir o meu sonho que é essa área de cinema, meu sonho é ser cineasta. Eu trabalho meio período, agora nessa época de pandemia para eu conseguir pagar as minhas*

contas. Eu atuo em alguns movimentos de coletivos de iniciativas próprias e independentes, que um assim quebrada, que são pessoas que elas são pertencentes a periférica, a parte periférica da sociedade como um todo as mulheres, LGBTQIA+, pretos, indígenas e também faço curso na escola de cinema social que também tem a mesma abordagem... incluir pessoas periféricas dentro do curso, dentro do da grade das pessoas que estudam. Acredito que seja isso [...].”

- **A7:** *“Bom, meu nome é O, mas também sou conhecida como Mc R., porque eu faço rapper, to sempre nos movimentos de batalha, movimentos culturais relacionados hip hop e ao rapper. Tenho 21 anos, sou canceriana, estudante de áudio e visual. Enfim, acho que é isso... ativista também”.*
- **A8:** *“Eu sou uma mulher de 45 anos, nascida em Belo Horizonte, sempre fui artista, passei por várias áreas, teatro, música, hoje eu atuo nas artes visuais, foi uma atuação que eu comecei assim depois dos 30, e para ganhar eu sempre trabalhei com meio ambiente, na área ambiental. Então eu sempre trabalhei no setor público, com políticas ambientais, eu trabalhei na Bahia também com ONG ambientalista [...], comecei meu mestrado na UNB que eu terminei ano passado, que eu me decidi levar essas duas áreas que não estavam paralelas de uma maneira mais orgânica assim né?! Trazer a questão ambiental pra mim que pesquiso em artes, e é isso. Eu comecei com um estudo da relação do corpo no espaço [...] se a gente repensa nossa relação com o espaço a gente tá atuando na questão da sustentabilidade, na questão ambiental, é muito voltado para a área da arte mas eu sempre vou guiando ali para uma atuação mais direta e prática [...] é uma coisa que é eu queria fazer a vida toda mas não sabia como, então tá sendo muito satisfatório poder realizar, a possibilidade de poder realizar isso. Essa junção né?! Da artes com o meu ativismo ambiental, mesmo que fosse um órgão público era um ativismo bem ativo e assim bem prático mesmo?!”*
- **A9:** *“Quem é a L? Eu sou mulher feminista, vegana, wanna be bruxona, eu amo os animais, as plantas, eu me entendo conectada ela cada vez mais e conectada a comunidade que eu vivo, que mais? Menina é isso, empreendedora, a louca... é essas coisas”.*

- **A10:** *“Eu sou C.C, eu moro em Brasília desde a adolescência, eu fiz Ciências Sociais na Universidade de Brasília e foi lá que eu tive acho que o primeiro contato com militância mesmo foi na universidade [...] no final assim do curso surgiu uma vaga para trabalhar no governo federal na Secretaria de Política pras mulheres, era uma consultoria de 3 meses [...] e quando eu terminei a graduação não poderia continuar como estagiária, aí me contrataram como DAS [...], depois eu fui chamada pro concurso da caixa, então eu sou funcionária da caixa, a minha profissão né [...] voltei para o ministério[...] fiquei 4 anos e meio cedida pro governo né [...] eu fiquei um tempo no tráfico de mulheres depois eu fui convidada para ser coordenadora quase dois anos no ligue 180 [...] início de 2014 eu voltei pra caixa, me despedir do ministério [...] eu tenho três bandas na verdade...hoje estou militante assim da banda bruxaria e de certa forma no trabalho com o tema na caixa, tudo que eu faço então tá relacionado, acho que é isso, essa sou eu, 36 anos”.*

4.2 CATEGÓRIAS ANALÍTICAS

Serão analisadas três categorias no discurso, sendo elas: (i) O despertar para o Movimento Social, (ii) Movimento social: as demandas, dificuldades e desafios, (iii) Saúde Mental das mulheres ativistas e (iv) Cotidiano e Relação Familiar.

(i) O despertar para o Movimento Social: de onde veio a motivação?

A maioria das mulheres relatou em suas falas que o interesse pelos movimentos sociais se tornou mais presente na graduação, devido às matérias, às amigas e ao próprio campus universitário; onde é notório um maior debate e questionamentos da conjuntura social e do meio em que vivem.

“eu me entendo como feminista mulher desde... cara dentro da minha graduação que foi quando eu entendi, eu conheci o feminismo e usei a teoria feminista até para minha monografia”. (A9)

“eu fiz Ciências Sociais na Universidade de Brasília e foi lá que eu tive acho que o primeiro contato com militância mesmo foi na

universidade... aí me apaixonei e decidi que eu queria fazer antropologia e trabalhar com estudos de gênero, no primeiro semestre assim da faculdade”. (A10)

O despertar para o ativismo na universidade pode ser compreendido quando observamos a afirmação de Silva e Andrade (2001) de que a universidade é uma relação solidária, de afirmação de identidade na construção da alteridade, na ação extensionista. Visto que, com a diversidade de seu corpo docente e discente, ocorre uma constante construção e desconstrução de discursos, no qual a universidade tem a capacidade de sustentar a dialética do mesmo, surgindo novas ideias e novas concepções. A palavra universidade tem origem latim, *universitas* onde “*unus*” (um, ideia de unidade) e “*verto*” (voltar, torcer, tornar), ou seja, tornando-se um. É com a pluralidade que se torna um. Portanto, é possível inferir que é na tensão dialética entre o mesmo e o outro que a universidade institui o novo e o transformador na sociedade (ANDRADE, 2020).

(ii) Movimento social: as demandas, dificuldades e desafios para o cotidiano das mulheres

Ao relatarem sobre as maiores dificuldades vivenciadas, compreendemos que algumas problemáticas vão muito além do movimento social. A maioria relatou que a maior dificuldade enfrentada é perante o governo, pois consideram ter havido bastantes retrocessos na maioria ou em todos os movimentos sociais, inclusive no feminismo.

“Teve retrocesso em todas as áreas, inclusive assim... diminuição brutal do orçamento relacionado a questão de gênero, retrocesso imenso do ponto de vista discursivo e também de um ponto de vista claro e equivocadamente material mesmo”. (A3)

“as bancadas da bala, da bíblia e da outra que eu esqueci...do boi. Então são três bancadas que se completaram muito bem, que elegeram o chefe do executivo e que estão no processo muito decidido de desconstrução de todas as conquistas”. (A8)

Esta percepção também é compartilhada por Menicucci (2018), que aponta que atualmente o cenário político brasileiro se mostra uma ameaça para as conquistas das mulheres com a judicialização da política, a crescente criminalização dos movimentos sociais e dos partidos do campo de centro esquerda. Neste cenário a perspectiva de direitos das mulheres não é muito boa e que, para que não haja mais perdas, precisam estar informadas para reivindicar, para protestar, deixando claro a questão fundamental da equiparidade e da democracia.

Grande parte das entrevistadas indicou que as demandas da militância estão relacionadas às suas vivências no cotidiano, notando-se um grande envolvimento em debates e políticas que abarcam essas demandas.

“Na secretaria de educação existe uma lei que é um artigo né, artigo 26A, que ele institui obrigatoriedade do ensino de história e da cultura afro brasileira dentro das escolas e eu trabalhei uma longa data, esses últimos 10 anos eu trabalhei, em relação a implementação deste artigo”. (A1).

“Eu sou da frente de mulheres negras, atende a 13 famílias...não é só o assistencialismo de uma bolsa de alimentação, muito pelo contrário é o acolhimento, é essas mulheres que são a parcela dessa sociedade com maior vulnerabilidade... nós temos um uma metodologia, um protocolo, que são reuniões, são avaliações, são ações, é de ordens sociais, e formação”. (A4)

Com isso, o fato da militância se manifestar em diversas ocupações, demonstra o quanto ser ativista se torna uma atividade que representa um papel social central em suas vidas, que se expressam intensamente nas vivências cotidianas. Esta situação pode ser explicada por Veroneze (2013, p.165), quando afirma que “é na cotidianidade que homens e mulheres exteriorizam paixões, sentidos, capacidades intelectuais, habilidades manuais, habilidades manipulativas, sentimentos, ideias, ideologias, suas crenças, gostos e pendores, enfim, em sua intensidade e ‘por inteiro’”. Compreende-se que vida e obra se constitui numa única unidade, não havendo a distinção de ativismo e o pessoal, já que se tornam um só.

Apesar das lutas incessantes para que a sociedade compreenda a importância do feminismo e dos julgamentos enfrentados por elas, essas mulheres encontram apoio em seus movimentos sociais, que também apresentam alguns desafios, como a entrevistada A5 relata:

“[...]do público interno, é a criação de consensos reais entre o grupo, sem que haja um desgaste das pessoas pra escuta, pra fala... que a gente vai se dando por vencido por esses modos operantes de incredulidade, no sistema, no que é participativo de fato. Acho que a gente vai ficando incrédula por um tempo, a gente vai e volta pro lugar de sempre. E outro desafio que eu sinto é de se manter nesse lugar, de não manter a comunicação violenta, de ser empático com o outro, acho que esses são os desafios do momento assim. ” (A5)

A participação social é um entrelace de subconjunto de atividades que engloba situações sociais com outros (BEDELL, 2012 apud AOTA, 2015) e que contribuem para independência social (MAGASI; HAMMEL, 2004 apud AOTA, 2015). A falta de participação social entre a população, e as dificuldades até mesmo dentro dos grupos de ativistas causam alguns impasses como a escuta ativa.

(iii) A saúde mental das mulheres

Durante as entrevistas percebeu-se a existência de impactos psicossociais e emocionais. O fato de estarem intensamente ligadas a diversas atividades nas quais exercem militância, e as recentes perdas de conquistas efetivadas pelo poder público, tornam esses impactos ainda mais evidentes.

“Completamente, sinto... acho que lidei como todo mundo lida com os problemas né?! Já tomei muito antidepressivo, já tive fases de precisar de remédios para dormir, já teve muito essas questões. Hoje em dia acho que a maturidade já me ajudou. ” (A8)

“Tem dias que eu não durmo com raiva, eu sinto muita raiva, muita raiva, muita raiva assim... Eu não sou uma pessoa violenta, mas eu tenho muita raiva no coração, eu acho que, por exemplo, muita raiva o coração (risos) [...] acne muito forte assim e eu não quero[...] e aí eu tô tentando desvendar de onde vem né essa questão da pele. ” (A10)

Entretanto houve relatos de que os impactos psicossociais e emocionais eram positivos, levando em consideração a importância dos movimentos e o apoio que encontram dentro de seus coletivos.

“Olha eu acho que pra mim os movimentos que eu faço parte me trazem muitos benefícios [...]foi um passo que eu ia mais, eu ia me entendendo como mulher independente, empoderada e maravilhosa, porque é um processo [...]” (A9)

O Ministério da Saúde (1993, p.37) traz o conceito do desenvolvimento psicossocial como “a capacidade de aquisição progressiva do ser humano de interagir com seu meio ambiente”. Ou seja, a sociedade colabora no desenvolvimento psicossocial do indivíduo a partir de suas vivências, como a cultura, as crenças sociais, as relações familiares relacionadas às ações e expressões singulares de cada ser (PAIVA, 2013).

Segundo Erikson (1959, p. 1-73 apud VERÍSSIMO, 2002), o processo de desenvolvimento da identidade, resulta-se na teoria do desenvolvimento psicossocial. Onde a identidade é formada na resolução de conflitos no qual o meio social o confronta. Com isso, compreende-se que o meio social em que vivemos nos faz tomar escolhas e caminhos resultantes desses conflitos, assim como o ativismo dessas mulheres, que surgiram mediante aos conflitos de seus cotidianos.

Apesar de apresentarem maiores impactos psicossociais negativos em seus cotidianos, as entrevistadas relatam que a importância da luta em que estão inseridas é maior que os impactos apresentados. Como a A3 relata:

“Eu acho que tem um impacto, que eu não acho que dê pra dizer que seja positivo... que é sobrecarrega de uma agenda que já é suficientemente sobrecarregada. Mas por outro lado ela traz força emocional de tá cercado por pessoas em que se pode confiar, que se alimentam desse sonho de que a gente pode transformar, e ter um mundo mais igualitário, mais justo, mais solidário.” (A3)

Porém no mesmo trecho em que a A3 relata sobre esperanças destas lutas, ela apresenta em sua fala uma sobrecarga física e emocional presente em si.

“sobrecarrega de uma agenda que já é suficientemente sobrecarregada. ” (A3)

Hammel (2020) traz cinco variantes presentes em situações de injustiça ocupacional, sendo elas: a privação ocupacional, a alineação ocupacional, a marginalização ocupacional, o desequilíbrio ocupacional e o *apartheid*.

A privação ocupacional ocorre em situações que geram limitações no desempenho de atividades devido a fatores externos ao controle do indivíduo. A alienação ocupacional refere-se a uma desconexão e/ou isolamento, demarcados pela ausência de propósito nas ocupações da vida cotidiana, alterando os padrões ocupacionais do indivíduo e gerando a insatisfação ocupacional (WILCOCK, 2006; TOWNSEND e POLATAIJKO, 2007; STANDNYK, TOWNSEND e WILCOCK, 2010; HANSEN, 2013 apud HAMMELL 2020).

O *apartheid* ocupacional, é descrito como segregação de grupos de pessoas diante da restrição ou negação do acesso a uma participação digna e significativa nas ocupações da vida diária em função a características daquele grupo da cor, idade, gênero, crença política, religiosa, etc. Já a marginalização ocupacional poderá ocorrer quando uma população se encontra impedida de fazer escolhas ocupacionais, restringindo o seu envolvimento em ocupações significativas e autônomas. E por fim, o desequilíbrio ocupacional como insatisfação relativamente ao tempo disponível, face à sua participação nos diferentes domínios da sua vida (WILCOCK, 2006; TOWNSEND e POLATAIJKO, 2007; STANDNYK, TOWNSEND e WILCOCK, 2010; HANSEN, 2013 apud HAMMELL 2020).

Visto que as mulheres possuem uma jornada de trabalho dupla/tripla com divisão de tarefas domésticas e cuidado com sua prole, além da sua atividade laboral, mercado de trabalho, diferença salarial, papéis sociais que assumem, elas vivem em situações de injustiça ocupacional. Onde Hansen (2013 apud CORREIA, 2016) reitera que as pessoas em situação de injustiça ocupacional não possuem as mesmas oportunidades de participação, sendo necessário a criação de ambientes favoráveis para seu envolvimento.

Durante a pesquisa, notou-se que (60%) das entrevistadas fazem terapia, o que ajuda muito no enfrentamento e nessa sobrecarga do cotidiano.

“Bom no atual momento, eu faço seções com a psicológica, e sou atendida por um psiquiatra, e é isso...” (A1)

Outras que somam (20%) das entrevistadas, sendo uma psicanalista e outra formanda em psicanálise, alegam não fazerem terapia por serem da área, mas ressaltam a importância de buscar ajuda profissional.

“[...] pela minha formação eu não sou uma pessoa que mais preciso.” (A2)

“[...] eu convivo né, no meu cotidiano com psicanalistas, com psicólogos, com psiquiatra.” (A4)

Notou-se que são as ativistas mais jovens da pesquisa que possuem uma maior dificuldade de explicar seus sentimentos, dificuldades e fragilidades perante a militância em seus cotidianos, fazendo parte dos outros 20% das ativistas que não tem nenhum tipo de vínculo com profissionais da saúde especializados em saúde mental.

“[...] indo muito pela parte da meditação, de resolver comigo mesmo porque ainda tenho um pouco de dificuldade de falar com as pessoas [...]” (A6)

“na real eu escrevo música (...) tento desabafar na letra mesmo, uma poesia. Acho que esse é o meu maior refúgio pra agora [...]” (A7)

Não falar sobre os próprios sentimentos associado com a ausência de apoio especializado, pode ser um fator para o desenvolvimento de um transtorno mental. Bee (1997, p. 398), relata que “o risco de transtornos emocionais de quase qualquer tipo é maior entre os 25 e os 44 anos”. Podendo relacionar com transformação da adolescência com a vida adulta, na construção de vida parental, conjugal e profissional, onde o construto sócio histórico é que é nessa fase que deve ser construído seu próprio lar e sua própria família, assim como afirmação profissional. Outros meios que reforça essa transformação é a volatilidade do mundo atual com o uso de tecnologias, taxas de desemprego e maiores níveis educacionais. Sendo um período de conflitos e incertezas para esse grupo faixa etária.

Segundo Osório (2001) é nessa fase que ocorre correlacionadamente a relação com o outro, surgindo o narcisismo na contemporaneidade, onde há dificuldade na individualização e na intimidade, favorecendo o isolamento social. Esse isolamento pode aparecer de formas diferentes, sendo:

fóbico (medo de se expor), paranoide (medo de ser atacado), esquizoide (retraimento excessivo social e emocional), narcísico (“eu me amo”, “eu me basto”, “o outro não existe”), depressivo (baixa autoestima), compulsivo (ênfase na perfeição e no trabalho em detrimento das relações afetivas) e histérico (sedução, superficialidade, viver de fantasias ou ilusões) (OSÓRIO, 2001, p. 152).

É nessa fase que a maioria das pessoas buscam atendimentos psicológicos reconhecendo conjuntamente a necessidade de ajuda especializada, buscando ter uma melhor qualidade de vida, sendo também importantes as práticas de cuidado e autocuidado (RODRIGUES, 2017).

Entender a singularidade de cada pessoa, assim como seus problemas é importante para que haja abordagens humanistas para o tratamento de pessoas em sofrimento psíquico. Porém com os retrocessos que estão ocorrendo na política de saúde mental remetendo ao caráter asilar e hospitalar (CRUZ et.al 2020) limita o atendimento ao público e a atuação em rede. O que afirma Cruz et. al (2020), onde desde 2016 com as mudanças normativas houveram consequências práticas sobre o ritmo da implantação de serviços de atenção psicossocial no país.

(iv) Cotidiano e Relação familiar

É notório que o envolvimento das entrevistadas com o ativismo é frequente, com suas atividades de organização do movimento, como mobilizações, reedição de textos, buscas por conhecimentos, atividades referentes ao movimento social em que estão inseridas. Sendo algo que está sempre atrelado ao seu cotidiano.

“é meu terceiro emprego, existe um grau de atividade todo dia de domingo a domingo, não teve um dia que não foi dedicado 15 minutos para isso”. (A3)

Segundo Agnes Heller (1997, p. 7 apud FERNANDES, 2002), o cotidiano é o “mundo da vida”, onde ele se gera e regenera numa eterna dinâmica, estando relacionado àquilo que é vivenciado e à vida social dos indivíduos, e a relação entre si. Estas mulheres feministas entrevistadas mostram que seus cotidianos estão ligados ao ativismo de alguma forma, seja em suas atividades laborais, família e/ou em grupos de amigos. Como visto no tópico 1.3 (Des) Governos, as mulheres enfrentam diariamente jornadas duplas/triplas, o que com o

ativismo pode tornar mais intensa e complexa sua cotidianidade, já que é algo que demanda dedicação e tempo além das suas “obrigações” diárias.

O autocuidado é um termo que pode gerar confusões, já que não está ligado exclusivamente à sua aparência física, mas sim a algo mais amplo, como ao bem-estar mental e espiritual. As mulheres ativistas relataram como elas se cuidam nesses âmbitos para que sua saúde mental não seja tão afetada. As atividades citadas por elas são diversas nessa prática de autocuidado, como relatado a seguir.

“Ok?! Eu pinto aquarela, semanalmente, eu tenho um grupo de aquarela que eu participo há uns 7 anos, pra mim pintar aquarela é como meditar, é muito bom. Eu medito, faço Pa Tuan Chin, faço Chi Gong [...] E pelo menos uma vez na semana eu faço ioga. Eu falo com os amigos, eu dou risada, eu vejo filme [...] eu vejo peças teatrais, o SESC ao vivo oferece tanto shows de música como peças teatrais. Eu tenho um cachorro, que eu acho que super, ter animais ajuda na saúde mental também, no afeto, no carinho[...]. Ah eu faço biodança também, uma vez por semana eu danço. ” (A2)

Compreender o que é autocuidado é de suma importância, já que é preciso estar atento às suas próprias necessidades e desenvolvimento de hábitos que visam o próprio bem-estar. O autocuidado não é negar cuidar do outro, mas estar bem, inclusive, para quando cuidar do outro for preciso. Uma outra opção das práticas de autocuidado, são as práticas integrativas e complementares, que em 2006, foram aprovadas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, que contempla sistemas de medicina tradicional e complementar/alternativa (MT/MCA) (WHO, 2002), que:

envolvem abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. Outros pontos compartilhados pelas diversas abordagens abrangidas nesse campo são a visão ampliada do processo saúde-doença e a promoção global do cuidado humano, especialmente do autocuidado (BRASIL p. 10, 2006).

Quando falam sobre a relação familiar e rede de apoio, notamos que elas se mostram entrelaçadas. A maioria das mulheres relatou ter uma boa rede de apoio, que envolve a família

e os grupos dos movimentos em que são ativistas. O apoio dado nessas redes sociais é um conforto para o bem-estar dessas mulheres.

“Então as minhas amigas, tem amigas que são bem bem importantes, tem meu marido ele é a minha maior rede de apoio. Então assim eu tenho uma rede de apoio psicológica, a rede de apoio física [...]” (A5)

Segundo Brito e Koller (1999) rede de apoio social é um “conjunto de sistemas e de pessoas significativas, que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo”. Esse apoio social ajuda o indivíduo no fortalecimento perante as diversidades do cotidiano, para que a superação seja mais consistente, tornando-se resiliente aos desafios (JULIANO; YUNES, 2014). O que é notório nas entrevistas quando relataram o apoio familiar como principal rede de apoio, sendo uma base para continuar no ativismo.

A maioria das entrevistadas relata que possuem apoio do seu núcleo familiar de convivência, mas que nos familiares mais distantes encontram uma maior resistência e compreensão.

“Meu núcleo familiar, marido e filhos, todo mundo está em todos os movimentos, então tem uma co-militância em família, eu falo[...] A família né pai, mãe é aquela coisa assim tipo “ah lá vai a E com as coisas dela, acha que vai mudar o mundo “ vai ficar dando mais energia do que tem , mas ao mesmo tempo que eles veem sentido nisso né?! E acreditam que eu to fazendo algo importante pro mundo, mas tem o outro lado”. (A5)

Porém houve relatos de que não encontram apoio e ressonância familiar perante seus ativismos no movimento feminista, visto que uma das barreiras é a falta de compreensão sobre esses movimentos e a influência de comentários de pessoas externas do núcleo familiar.

“[...] não tem ninguém que é de movimento, então eu não encontro ressonância na minha família, embora encontre apoio, mais eu não encontro ressonância”. (A1)

“Eu não sinto não, existe sim uma vontade da minha mãe mas é como eu disse né?! É um processo evolutivo, muitas vezes a gente vê padrões que se repetem, que estão enraizados na criação, e assim então um pouco mais complicado”. (A6)

Segundo Juliano e Yunes (2014), a família que enfrenta junta os desafios impostos, possuem maiores chances de encontrar as soluções para aquela problemática, sendo saudável e promissora para o desenvolvimento de um todo. Sendo a família capaz de aumentar ou diminuir o impacto de fatores de risco no bem-estar do indivíduo. O que respalda a afirmação da maioria das entrevistadas, que com o apoio da família perante sua militância ajuda em seus enfrentamentos pessoais e sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa oportunizou um olhar específico para esse coletivo que vive lutando por políticas públicas efetivas que abarquem os diferentes grupos marginalizados pela sociedade e para o bem comum, apontando ser um público que possui suas próprias demandas e necessidades, enquanto militantes. Demandas atreladas a perda de direitos e retrocessos perante governos; impactos psicossociais e emocionais em seus cotidianos correlacionados a suas militâncias; dificuldade de mobilização e participação social

Acerca dos diversos movimentos sociais em que estão inseridas nota-se similaridade com a luta feminista, grande parte relataram a dificuldade de serem ouvidas e vistas por serem mulheres, isso perpassa nestes movimentos. O desafio predominante, em suas falas, apontou-se os retrocessos dos governos, atualmente com a bancada BBB “bala, bíblia e boi” relacionando, respectivamente, as representações armamentista, ruralistas e evangélica. Embora o Brasil seja um Estado laico amparado constitucionalmente, as bancadas políticas desvirtuam esse princípio, sendo conservadores e detentores de teorias próprias.

Quanto à dimensão dos problemas na saúde mental, a maioria das entrevistadas relatou impactos psicossociais em seus cotidianos atrelados a militância, como por exemplo, a sobrecarga das jornadas de trabalho e vida pessoal; apoio ou falta de ressonância em suas famílias; ciclo social mais fechado priorizando amizades com pessoas que possuem os mesmos princípios e não destoam daqueles pensamentos, entre outros. E aspectos emocionais, como depressão; ansiedade; tristeza; raiva; felicidade; insônia, evidenciando a

necessidade de atendimentos com profissionais da saúde mental, assim como práticas de cuidado e autocuidado, a fim de minimizar estes impactos. Sendo de responsabilidade política e social um construto empático e afetivo sob essas mulheres, além desenvolvimento de alternativas efetivas para intervenção com este público e possíveis elaborações de políticas públicas de proteção aos direitos humanos de mulheres ativistas.

Por fim, observou-se que suas militâncias estão correlacionadas com seus cotidianos, onde suas lutas são de suas vivências, não havendo distinção do ativismo e do pessoal, transformando-se em um só. Foi identificado um apoio familiar na maioria das entrevistadas, que no caminhar destas lutas houveram uma desconstrução e construção de conhecimentos, tornando se suas maiores redes de apoio.

A presente pesquisa apresenta algumas limitações a serem corrigidas em estudos posteriores, tais como a utilização de um número amostral maior e aplicação de instrumentos validados como, por exemplo perfil ocupacional, eficazes na distinção desses perfis a fim de possibilitar um emparelhamento mais equânime entre os grupos de ativistas. Outro fator de limitação, diz respeito às diferenças de localidade de moradia, visto que não generaliza todas ativistas presentes no Distrito Federal. Acredita-se na importância de que novos estudos com esta mesma temática sejam realizados a fim de evidenciar a amostra real de ativistas assim como suas demandas da correlação da militância e cotidiano.

REFERÊNCIAS

Aborto: por que precisamos descriminalizar? : argumentos apresentados ao Supremo Tribunal Federal na Audiência Pública da ADPF 442 / Anis – Instituto de Bioética. – Brasília: LetrasLivres, 2019.

ALFIERI, Maria Cecília Guimarães. **O estatuto do nascituro e o retrocesso dos direitos da mulher.** 2013. Disponível em: <https://ceciliaguimaraesalfieri.jusbrasil.com.br/artigos/121943458/o-estatuto-do-nascituro-e-o-retrocesso-dos-direitos-da-mulher>. Acesso em: 1 nov. 2020

ANDRADE, L. A. B.; SILVA, E. P. Universidade e sua relação com o outro: um conceito para extensão universitária. **Revista Educação Brasileira**, Distrito Federal, v. 23, n. 47, p. 65-79, 2001. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/institucionalizacao/extensaouniversitaria.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2020.

ANDRADE, L. Universidade: Autonomia, Diversidade e Inclusão. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 2, p. 1600-1614, ago. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13830/9342>>. Acesso em: 28 de setembro de 2020.

ANJOS, Karla Ferraz dos; SANTOS, Vanessa Cruz; SOUZAS, Raquel; EUGENIO, Benedito Gonçalves. Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos Saúde debate. Rio de Janeiro July/Sept. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000300014>. Acesso: 17 de out. 2019.

American Occupational Therapy Association, A. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo - 3ª ed. traduzida. **Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo**. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/97496>>. Acesso em: 3 de nov. 2020.

Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva I Gleny Terezinha Duro Guimarães, org.; Idília Fernandes ... [et al.].- Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/diversos/85-7430-316-X.pdf>>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. 2010. **Memórias das Lutas Feministas no Brasil. In: Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM.

BARDIN, L.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BEE, Helen. O ciclo vital. Porto Alegre: Artmed Editora, 1997.

Bilge, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, 1 (225): 70-88, 2009. Disponível em: < <https://www.cairn.info/revue-diogene-2009-1-page-70.html#>>. Acesso em: 09 de nov. de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília, 2006.

BRASIL, Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.1. 10 mar. 2015.

BRASIL, Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016 Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.2. 30 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria 3.588, de 21 de dezembro de 2017. Altera as portarias de consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Nota Técnica nº 11/2019, de 4 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://cetadobserva.ufba.br/sites/cetadobserva.ufba.br/files/nota_tecnica_-_esclarecimentos_sobre_as_mudancas_da_politica_de_saude_mental.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: CARVALHO, Alysson Massote (org.). **O mundo social da criança: natureza e cultura em ação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BITTONI, D. H. S. 2009. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6 (2), jul - dez, 2013, 179-191. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>. Acesso em: 03 de março 2020

CORREIA, Joana Cardoso Pinto. **O papel do terapeuta ocupacional nos Centros de Atividades Ocupacionais**. Prova de reconhecimento do título de especialista (Especialista), p.18, 2016. Disponível em: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/10321/1/PTE_JoanaCorreia_2016.pdf. Acesso em: 1 nov. 2020.

CRENSHAW, K. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

CRUZ, Nelson Falcão de Oliveira; GOLÇALVES Renata Weber; DELGADO Pedro Gabriel Godinho. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. **Trabalho, Educação e Saúde**. vol.18 no.3 Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000300509#B40>. Acesso em: 24 nov. 2020.

DELGADO, Pedro G. G. Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462019000200200&tlng=pt>. Acesso em: 24 nov. 2020

DINIZ, Debora et.al. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciênc. Saúde coletiva**. 2017/ Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) 2014.

DUARTE, Constância Liam. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**. vol.17 no.49 São Paulo Sept./Dec. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-40142003000300010&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 de outubro de 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. 8. Ed. Ver. Atual.- Curitiba : Positivo, 2010.

FERREIRA, Lola. Como fica a luta por direitos no país do presidente que prometeu acabar com os ativismo: País tem mais de 820 mil organizações da sociedade civil, mas presidente eleito prometeu "ponto final" em ativismos. **Gênero e Número**, [S. l.], 28 out. 2018. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/como-fica-luta-por-direitos-no-pais-do-presidente-que-prometeu-acabar-com-os-ativismos/>>. Acesso em: 27 set. 2020.

FRANCHINI, B. S. **O que são as ondas do feminismo?** in: Revista QG Feminista. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>. Acesso em: 19 de out. 2020.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>>. Acesso em: 17 de nov. de 2020.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático (pp.64-89). Petrópolis: Vozes. 2002.

GOMES, Gisele Ambrósio. 2009. **Entre o público e o privado: a construção do feminino no Brasil dos oitocentos, 1827-1846**. 140f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto De Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

HAMMELL, Karen Whalley. Ações nos determinantes sociais de saúde: avançando na equidade ocupacional e nos direitos ocupacionais. **Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional**. vol.28 no.1 São Carlos Jan./Mar. 2020. Epub Mar 27, 2020. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102020000100378>. Acesso em: 01 de nov. de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Frequência escolar líquida entre homens e mulheres**. 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Redução das verbas para o atendimento à mulher em situação de violência**. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Mulheres ganham menos que os homens**. 2018.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; YUNES, Maria Angela Mattar. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Revista Ambiente e Sociedade**. vol.17 no.3. São Paulo, Julho/Setembro. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2014000300009&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 07 de outubro de 2020.

LEMONS, Adriana. Direitos sexuais e reprodutivos: percepção dos profissionais da atenção primária em saúde. **Saúde debate** vol.38 no.101 Rio de Janeiro Apr./June 2014. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042014000200244>. Acesso em: 08 de nov. de 2020

LUVIZOTTTO, Caroline Kraus. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. *Comunicação e Sociedade* vol.30 Braga dez. 2016. Disponível em:<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-35752016000200010>. Acesso em: 08 de nov. de 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Teresa Cristina N. 2006. **Elas Também Desejam Participar da Vida Pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932**. In: MELO, H. P *et al.* (ORG.). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO

MELO, Eduardo Alves; MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de; OLIVEIRA, Jarbas Ribeiro de and ANDRADE, Gabriella Carrilho Lins de. Mudanças na Política Nacional de Atenção Básica: entre retrocessos e desafios. **Saúde debate** [online]. 2018, vol.42, pp.38-51. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-11042018000500038&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 24 nov. 2020.

MENEZES, Greice; AQUINO, Estela M. L.. Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. **Cad. Saúde Pública**. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2009001400002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 08 de ago. de 2020.

MENICUCCI, Eleonora. O golpe e a s perdas de direitos para as mulheres. In. RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador: Edufba, 2018. Cap. 5, p. 65-73.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

Ministério da Saúde. (1993). **Normas de atenção à saúde integral de adolescente**: Vol. 1. Diretrizes gerais para atendimento de adolescentes. Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento. Distúrbios da puberdade. Desenvolvimento psicológico do adolescente. Brasília, DF. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_11.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2020

OLINTO, Maria Teresa Anselmo. Reflexões sobre o uso do conceito de gênero e/ou sexo na epidemiologia: um exemplo nos modelos hierarquizados de análise. Revista Brasileira de Epidemiologia. vol. 1, nº 2, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v1n2/06.pdf>>. Acesso em: 08 de nov. 2020.

Organização Mundial de Saúde - OMS. **A taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo**. 2017.

OSÓRIO, Cláudio Maria da Silva. Adultos Jovens, seus scriptis e cenários. In EIZIRIK, C. L; KAPCZINSKI, F.; BASSOLS, A. M. S. O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

PAIVA, Vera Silvia Facciolla. Psicologia na saúde: sociopsicológica ou psicossocial? Inovações do campo no contexto da resposta brasileira à AIDS. **Temas em psicologia**. São Paulo - Ribeirão Preto, 2013. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000300002#:~:text=O%20termo%20psicossocial%20descreve%20uma,não%20apenas%20o%20cuidado%20médico](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000300002#:~:text=O%20termo%20psicossocial%20descreve%20uma,não%20apenas%20o%20cuidado%20médico.)>. Acesso em: 20 de nov. 2020.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso a categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em: 5 de março de 2020.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE. **Rendimentos salariais das mulheres menores em relação aos homens**. 2019

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 23 jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003>. Acesso em: 19 jun. 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 49, nº 3, 2006, p. 651-613.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582006000300008&script=sci_abstract&tlng=pt> . Acesso em: 11 fev. 2020.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania feminina. In. BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jaqueline. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Cap. 4, p. 58-88. . Disponível em: <http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. Porto Alegre: **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Editora Artmed, 2009.

Projeto de Lei 478/2007. Dispõe sobre a proteção ao nascituro. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=770928>. Acesso em: 24 de out. 2020.

RESOLUÇÃO, BRASIL. 466/2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, 2012.

RIBEIRO, Rosana; ARAÚJO, Guilherme Silva. Segregação ocupacional no mercado de trabalho segundo cor e nível de escolaridade no Brasil contemporâneo. **Nova Economia**. v.26 n.1. 2016. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/neco/v26n1/1980-5381-neco-26-01-00147.pdf>>. Acesso em: 08 de nov. de 2020.

RODRIGUES, Susana Joaquim. Fatores de risco para a saúde mental no início da vida adulta. 2017. Disponível em: <<https://psicologiaacessivel.net/2017/03/06/fatoresderiscosaudementaliniociadadadeadult>> . Acesso em: 03 de nov. de 2020

Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF). **Casos de feminicídio crescem no Distrito Federal**. 2019.

SINGULANO, Yara Lopes; Teixeira, Karla Maria Damiano. A resposta de adolescentes à questão: como erradicar a violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil?. **Revista Direito e Práxis**. vol.11 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2020 Epub Mar 20, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662020000100319>. Acesso em: 24 nov. de 2020

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense; 1991.

STARRS, Ann et al. Accelerate progress – sexual and reproductive health and rights for all: report of the **Guttmacher-Lancet Commission**. **The Lancet**, 2018.

SYDOW, E. et al. **A história de oito mulheres criminalizadas por aborto**. 2011. Disponível em: <http://www.aads.org.br/arquivos/Projeto02.pdf>. Acesso em: 04 de março de 2020

TAVARES, Rebecca Reichmann. Igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. In. BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jaqueline. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Cap. 1, p. 7-13. Disponível em: <http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. 1993. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Revista de Estudos Feminino**. vol.23 no.3 Florianópolis Sep./Dec. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000301001>. Acesso em: 06 de nov de 2020.

VENTURA, Miriam. Saúde feminina e o pleno exercício da sexualidade e dos direitos reprodutivos. In. BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jaqueline. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Cap. 15, p. 306-311. Disponível em: <http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

VERÍSSIMO, R. **Desenvolvimento psicossocial (Erik Erikson)**. Porto: Faculdade de Medicina do Porto, 2002. Disponível em: <[con](#)>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

VERONEZE, Renato Tadeu. **Agnes Heller: cotidiano e individualidade –uma experiência em sala de aula**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 162 - 172, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/14217>>. Acesso em: 28 de setembro de 2020.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, 2014. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Acupuncture: review and analysis of reports on controlled clinical trials**. Geneva: WHO Publications, 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE A – FORMULÁRIO GOOGLE FORMS

- I. Nome completo
- II. Qual o seu e-mail?
- III. Qual seu telefone?
- IV. Idade
- V. Nacionalidade
- VI. Estado civil
- VII. Como você se autodeclara?
- VIII. Qual sua renda familiar?
- IX. Com quem você mora atualmente?
- X. Onde você mora?
- XI. Nível escolar
- XII. Qual (is) movimento (s) social(is) você participa?
- XIII. Você conhece alguém que é ativista atuante no Distrito Federal maior de 18 anos que se interessaria em participar desta pesquisa? Se sim, qual o nome e o meio de contato dela (e-mail e/ou telefone)?

APÊNDICE B - PERGUNTAS NORTEADORAS

I. Movimento

- Você participa de algum grupo, coletivo, associação, centro do movimento feminista? Se sim, quais? Possui cargo de liderança destes locais?
- Em caso de resposta negativa: de que forma você participa da militância feminista?
- De qual/quais movimento (s) você é ativa?
- Descreva as ações realizadas e sua periodicidade.
- Há quanto tempo participa?
- Na sua visão qual o papel que o movimento tem para sua vida e para a sociedade?
- Já foi taxada de algo pejorativo por ser ativista? Em empregos, grupo de amigos, família? Como se sentiu? Como reagiu?
- Quais impactos/modificações você identifica no movimento feminista na atual conjuntura política?
- Você se sente motivada ou desesperançosa para continuar no movimento? Por quê? Se sim o que te motiva?
- Quais as dificuldades que você sente em relação a atuação no movimento, tanto das pessoas que participam com você e pessoas externas? (quais dificuldades você encontra)
- No tempo de pandemia da COVID-19 como foi sua participação no movimento?
- Utilizaram de plataformas digitais para a continuidade de atividades?
- Quais são suas opiniões sobre o atual governo? Como acha que vem sendo abordadas as políticas para as mulheres? Considera que houve avanço ou retrocesso?

II. Saúde Mental

- Você sente que sua participação no movimento feminista traz alguma consequência para seu estado emocional e psíquico? Se sim, quais? Como lidou ou está lidando com isso (conversa com amigos, procurou profissionais de saúde, grupo de apoios, entre outros)?
- Você faz uso de alguma medicação para lidar com essas questões? Se sim, quais?

III. Cotidiano

- Você acha a participação no movimento trouxe impactos no seu cotidiano (autocuidado, sono, educação, trabalho, lazer, participação social? De que maneira?

- Como você se cuida (saúde mental e física) no momento atual (em tempos de retrocessos)?
- Quais são suas redes de apoio?
- Em seus papéis sociais (esposa, namorada, mãe, irmã, filha, amiga, etc.) você tem apoio ou se sente sozinha?
- Como sua família lida com sua atuação?
- Em seu tempo livre, o que faz?
- Você ficou em casa integralmente ou teve que ir trabalhar? Como ressignificou seu cotidiano?
- Como você se sentiu durante toda a pandemia?
- Você conhece alguém ativista que se interessaria em participar da pesquisa?

ANEXO

ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP FCE/UNB

UNB - FACULDADE DE
CEILÂNDIA DA UNIVERSIDADE
DE BRÁSILIA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: OS IMPACTOS DAS CONDIÇÕES PSÍQUICAS NO COTIDIANO DE MULHERES ATIVISTAS

Pesquisador: Flávia Mazitelli de Oliveira

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 28453519.7.0000.8093

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.071.064

Apresentação do Projeto:

"A busca por direitos iguais numa sociedade machista não é tão atual como se imagina, mas ganhos gradativos a cada ano/década fizeram com que o movimento feminista atraísse uma grande parcela de mulheres que buscam direitos igualitários. Objetiva-se no presente estudo conhecer a percepção de mulheres ativistas sobre o seu cotidiano, considerando as demandas da militância, as dificuldades, fragilidades, desafios e enfrentamento das situações apresentadas. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa qualitativa, de campo do tipo exploratória; tendo como contato inicial o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA). Utilizará essa entidade como apoio para executar a amostragem em bola de neve e saturação de dados. Sendo convidadas a participar desse estudo, mulheres ativistas acima de 18 anos, serão coletados os dados na residência ou no local que a entrevistada se sentir segura. Será realizada a análise de dados por meio da transcrição das gravações de áudio das entrevistadas e sistematização da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), que prevê três fases fundamentais, pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. Por fim, esperase conhecer e compreender o cotidiano das mulheres ativistas; identificar possíveis demandas e dificuldades da militância presentes em seus cotidianos; se há a (in) existência de impactos psicossociais; estratégias de autocuidado, e contribuir por meio desta pesquisa para o desenvolvimento do conhecimento científico na área."

Endereço: UNB - Prédio da Unidade de Ensino e Docência (UED), Centro Metropolitano, conj. A, lote 01, Sala AT07/66
Bairro: CEILÂNDIA SUL (CEILÂNDIA) **CEP:** 72.220-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-8434 **E-mail:** cep.fce@gmail.com

**UNB - FACULDADE DE
CEILÂNDIA DA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA**



Continuação do Parecer: 4.071.054

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TCC_StephanyTeodoro_V4.docx	01/05/2020 18:54:03	Stephany Teodoro Correa da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.docx	01/05/2020 18:48:54	Stephany Teodoro Correa da Silva	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_ CEP_3951133.pdf	01/05/2020 18:44:24	Stephany Teodoro Correa da Silva	Aceito
Cronograma	cronograma.docx	01/05/2020 18:37:44	Stephany Teodoro Correa da Silva	Aceito
Orçamento	planilha_de_orcamento.doc	01/05/2020 18:37:07	Stephany Teodoro Correa da Silva	Aceito
Outros	termodecompromisso.pdf	27/02/2020 18:55:58	Stephany Teodoro Correa da Silva	Aceito
Outros	termo_compromi.docx	29/01/2020 17:57:11	Stephany Teodoro Correa da Silva	Aceito
Outros	termo_imagem_uso_academico.pdf	25/01/2020 09:26:05	Stephany Teodoro Correa da Silva	Aceito
Outros	termo_imagem.pdf	25/01/2020 09:25:35	Stephany Teodoro Correa da Silva	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_novo.pdf	25/01/2020 09:21:57	Stephany Teodoro Correa da Silva	Aceito
Outros	Curriculo_Stephany.pdf	24/01/2020 10:26:05	Stephany Teodoro Correa da Silva	Aceito
Outros	Curriculo_Flavia_Mazitelli.docx	24/01/2020 10:24:54	Stephany Teodoro Correa da Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 04 de Junho de 2020

Assinado por:
Mariana Sodario Cruz
(Coordenador(a))

Endereço: UNB - Prédio da Unidade de Ensino e Docência (UED), Centro Metropolitano, conj. A, lote 01, Sala AT07/66
Bairro: CEILÂNDIA SUL (CEILÂNDIA) **CEP:** 72.220-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-8434 **E-mail:** cep.fce@gmail.com

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Prezada voluntária,

Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa “Os impactos das condições psíquicas no cotidiano de mulheres ativistas”, sob responsabilidade da pesquisadora Flavia Mazitelli de Oliveira sendo uma pesquisa para elaboração do trabalho de Conclusão de Curso de Terapia Ocupacional na Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Terapia Ocupacional, o objetivo da pesquisa é conhecer a percepção de mulheres ativistas sobre o seu cotidiano, considerando as demandas da militância, as dificuldades, fragilidades, desafios e enfrentamento das situações apresentadas.

A sua participação se dará por meio de entrevista com duração aproximadamente 30 minutos, as perguntas norteadoras abordaram questões sobre seu cotidiano. A pesquisa ocorrerá de forma remota devido ao cenário atual do COVID-19. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-la.

Os resultados da pesquisa serão divulgados pela Universidade de Brasília, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos. Qualquer dúvida que você tiver em relação à pesquisa seja antes e durante o curso da pesquisa poderá ser esclarecido pelo pesquisador.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa serão constrangimento ao responder a entrevista proposta; desconforto durante a gravação de áudio; constrangimento devido a perda da privacidade e exposição dos dados da pesquisa. Para cada caso o pesquisador pode ofertar suporte com respeito e ética, bem como, dizer ao participante que ele tem o direito de não responder as perguntas. Assim, não haverá qualquer prejuízo caso o sujeito faça a opção de não participar ou desista de participar durante a pesquisa. Desse modo, o pesquisador tem o dever ético de assegurar que os seus dados serão confidenciais e o acesso a eles só será permitido à equipe de pesquisa e ao comitê de ética.

No que se refere aos benefícios que esta pesquisa pode apresentar, pode-se elencar:

1. A possibilidade das mulheres de fazer um reconhecimento e reflexão sobre seu próprio cotidiano; 2. O conhecimento procedente da pesquisa poderá contribuir para que a sociedade desenvolva alternativas efetivas para este público, em intervenção futura; 3. Possibilidades de implementação de políticas públicas de proteção aos direitos humanos de mulheres ativistas. 4. discussões sob a perspectiva da militância e cotidiano de mulheres no âmbito científico. As pesquisadoras se comprometem com maximização de benefícios e a minimização de riscos, potenciais, individuais ou coletivos, buscando sempre que prevaleça os benefícios esperados sobre os danos causados, como prevê a Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas sobre a temática e elaboração de um estudo científico inovador no qual o tema é pouco abordado na comunidade acadêmica e científica. Você pode se recusar a responder e/ou participar qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para você. Não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 981898060 ou pelo e-mail flaviamazitelli@gmail.com. Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/CHS (CAAE: 28453519.7.0000.8093). As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidas através do e-mail do CEP/CHS cep_chs@unb.br ou pelo telefone (61) 3107-1592, das 8 às 14 horas.